



RE(A)PRESENTAÇÕES DO DEBATE PÚBLICO SOBRE GÊNERO NO JORNALISMO BRASILEIRO: VISIBILIDADES ALARGADAS E APAGAMENTOS EM COMENTÁRIOS JORNALÍSTICOS¹

Nara Lya Cabral Scabin²

RESUMO: Este artigo busca compreender como discussões relacionadas a situações, vivências e problemáticas enfrentadas por grupos minorizados a partir de marcadores de gênero são representadas, entre 1978 e 2018, por veículos do chamado jornalismo de referência, elegendo, como universo de investigação, os jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo. Indaga-se, especialmente, sobre as mediações construídas sobre a emergência de uma discursividade contemporânea que remodela concepções políticas e assume posição de concorrência em relação a discursos da modernidade. A partir de um corpus de 81 comentários jornalísticos, procura-se identificar isotopias semânticas indicativas dos discursos circulantes sobre gênero que atravessam e constituem a encenação do diálogo social na imprensa de referência no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: *Palavra-chave; Palavra-chave.*

¹ Artigo resultante de apresentação realizada no GT História da Mídia Impressa durante o VII Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, realizado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2022. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi. Líder do Grupo de Pesquisa RisoMídia – Representações, Mediações e Humor na Cultura Audiovisual (UAM/CNPq) e coordenadora do GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 14 - Volume 02 - Edição 28 - Julho-Dezembro de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

ABSTRACT: This article seeks to understand how discussions related to situations, experiences and problems faced by minority groups based on gender markers are represented, between 1978 and 2018, by vehicles of the so-called reference journalism, choosing, as a universe of investigation, the newspapers O Estado de S. Paulo, O Globo and Folha de S. Paulo. It inquires, especially, about the mediations built on the emergence of a contemporary discursivity that remodels political conceptions and assumes a position of competition in relation to the discourses of modernity. Based on a corpus of 81 journalistic comments, the aim is to identify semantic isotopies indicative of the circulating discourses on gender that cross and constitute the staging of social dialogue in the reference press in Brazil.

KEYWORDS: *Reference journalism. Gender. Discourse.*

Introdução

Ao longo dos últimos anos, empresas de mídia de todo o mundo têm buscado cada vez mais encampar iniciativas que sinalizem aproximações em relação à valorização da diversidade, ao reconhecimento da diferença e a demandas relacionadas às vivências de grupos minorizados. Jessica Bennet, primeira “editora de gênero” do *New York Times* – função criada pelo jornal em outubro de 2017 –, afirmou, em entrevista a Paula Cesarino Costa, então ombudsman da *Folha de S. Paulo*, que “gênero é uma lente sobre o mundo” (Jessica Bennet *apud* COSTA, 2017). A declaração é significativa na medida em que ilumina não apenas o caráter analítico, em sintonia com os estudos de gênero, com que a editora toma a categoria em questão, mas também o papel mais decisivo que discussões relacionadas a assumem em um espaço público midiático.

Considerando esse cenário, bem como uma série de desafios recentes enfrentados por movimentos sociais e ativismos de gênero – com destaque para a “onguização” desses movimentos (MATOS, 2008), a visibilidade adquirida por um “feminismo difuso” (PINTO, 2003) e a emergência dos chamados “feminismos midiáticos” (PRUDENCIO, 2020) –, este artigo busca compreender como discussões relacionadas a situações, vivências e problemáticas enfrentadas por grupos minorizados a partir de marcadores de gênero são representadas por veículos do chamado *jornalismo de referência*, entendido como matriz jornalística que, baseada em uma concepção de

jornalismo moderno e em um modelo de jornalismo estadunidense, desempenha papel decisivo no processo histórico de institucionalização do jornalismo e sua afirmação como campo profissional e epistemologicamente autônomo (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017).

Dentre diferentes tomadas do termo em pesquisas científicas, há uma compreensão que se destaca como denominador comum a diversos estudos: constitutivos de um espaço de significação, os jornais de referência podem ser entendidos como, ao mesmo tempo, produtores de uma instância enunciativa no plano simbólico (mediações simbólicas), instituições sociais que se relacionam com um quadro mais amplo de instituições (mediações sociais) e entidades empresariais (ZAMIN, 2014). De modo mais específico, “pode-se objetivar o Jornalismo de referência como aquele que serve interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público” (ZAMIN, 2014, p. 939).

Além disso, segundo pesquisa de Angela Zamin (2014), embora não se trate de elementos consensuais, há características gerais que costumam ser associadas ao jornalismo de referência por pesquisadores que se debruçam sobre o tema, tais como: gozar de prestígio e tradição; voltar-se para a economia, assuntos internacionais e política, com ênfase nesta última; pressupor, como público, leitores competentes do mundo público; possuir índices elevados de tiragem e circulação; e conceder importância e espaço significativos para artigos opinativos (ZAMIN, 2014).

Em sociedades marcadas pela onipresença midiática, como observa Charaudeau (2010), as dinâmicas de encenação da informação no espaço público estão ligadas ao contrato de comunicação no qual se inscrevem os processos pelos quais acontecimentos em “estado bruto” (mas já interpretados) passam ao estado de *mundo midiático construído*. No caso do chamado jornalismo de referência, o contrato de comunicação assumido pelos veículos situados nessa parcela do campo discursivo jornalístico, não obstante evidentes particularidades, caracterizam-se por considerar uma instância receptora imaginada como *universal* – limitada apenas pelas fronteiras da nação e da língua. Ao mesmo tempo, o processo de publicização/representação do espaço público,

no jornalismo de referência, visa a constituir-se e legitimar-se como representação por excelência do debate público democrático³. Parafrazeando Charaudeau (2010, p. 20), as mídias jornalísticas são – e devem ser – o “espetáculo da democracia”.

Sabendo que a centralidade adquirida pela categoria “gênero” no debate público midiático emerge como parte de processos de fragmentação e politização das identidades, por um lado, e aquisição de centralidade por pautas e discussões identitárias, por outro, este artigo indaga sobre as formas pelas quais veículos jornalísticos do chamado “jornalismo de referência” buscam mediar e traduzir a emergência, na contemporaneidade, de uma discursividade que remodela concepções políticas e assume uma posição de concorrência em relação a compreensões próprias da modernidade. O período de observação considerado na pesquisa compreende o intervalo de 1978 a 2018, abarcando quarenta anos marcados por muitas e significativas mudanças políticas no país, incluindo o fim da censura prévia ao jornalismo, a redemocratização e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, com uma campanha baseada na disseminação de discurso de ódio e manifestações de intolerância em relação a expressões não normativas de gênero.

467

Nossa discussão se guia, como principal eixo teórico, pelas proposições de Patrick Charaudeau (2010) a propósito do que ele caracteriza como “discurso das mídias” – concernente, na verdade, muito mais ao discurso jornalístico do que a discursos presentes em outros espaços midiáticos. Com base nesse referencial, entendemos a cobertura jornalística como uma representação do espaço público, em que se inscrevem *discursos circulantes* – isto é, “uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2010, p. 118) – em cujo quadro estabelece-se o que se costuma perceber como “opinião pública”.

³ Essa aposta encontra-se condensada no ideário do jornalismo moderno, do qual a afirmação de Walter Lippmann (2008, p. 275) é exemplar: “Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior no qual estamos interessados”.

Na próxima seção do artigo, apresentamos uma visão panorâmica sobre a cobertura realizada entre 1978 e 2018 acerca de debates de gênero no Brasil por três veículos representativos do jornalismo de referência brasileiro, a saber: *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Com base nesse levantamento inicial, delimitamos o *corpus* de análise, em que privilegiamos textos de natureza argumentativa – ou, segundo tipologia proposta por Chaparro (2008), pertencentes ao gênero jornalístico denominado “comentário”. Dessa forma, na sequência do artigo, passaremos à identificação e discussão de reiteraões semânticas presentes no conjunto do *corpus*, as quais entendemos como indicativas dos principais discursos circulantes privilegiados nas representações do espaço público construídas pelos jornais.

Mapeando a cobertura jornalística sobre gênero no Brasil

As análises apresentadas neste trabalho têm como objetivo principal a identificação de recorrências e deslocamentos em termos dos discursos circulantes que atravessam e conformam o conteúdo de textos jornalísticos que focalizam situações, vivências e problemáticas enfrentadas por grupos minorizados a partir de marcadores de gênero. Dessa forma, esperamos compreender como se construíram, no período em observação na pesquisa, as representações – evidentemente, também uma forma de *reapresentação* – do debate público sobre gênero nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

Para tanto, partimos de um rastreamento de textos publicados entre 1978 e 2018 nos três veículos em foco na pesquisa, considerando cinco eixos temáticos representativos das formas pelas quais grupos minorizados a partir de marcadores de gênero costumam ser visibilidades em representações midiáticas do espaço público, a saber: Dia Internacional da Mulher (eixo 1); Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (eixo 2); Dia Internacional do Orgulho LGBT (eixo 3); Dia Nacional de Combate à Homofobia (eixo 4); e políticas públicas de gênero no Brasil (eixo 5). O levantamento pautou-se pela combinação entre rastreamento manual de textos destacados nas capas dos jornais a partir das datas-chave representadas pelos eixos temáticos 1 a 4; e buscas

realizadas por meio dos motores de pesquisa disponíveis nos acervos dos veículos, com a utilização de palavras-chave, no caso do eixo 5.

Com base nos critérios descritos para o levantamento e seleção de matérias jornalísticas, chegamos a um total de 712 ocorrências de conteúdos jornalísticos publicados em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, entre 1978 e 2018, assim distribuídos:

Tabela 1 – Composição do *corpus* em número de textos por eixo temático e veículo jornalístico.

EIXO/JORNAL	<i>Estado</i>	<i>Globo</i>	<i>Folha</i>	TOTAL
Eixo 1. Dia Internacional da Mulher	100 textos	69 textos	93 textos	262 textos
Eixo 2. Parada LGBT de São Paulo	54 textos	10 textos	60 textos	124 textos
Eixo 3. Dia internacional do orgulho LGBT	3 textos	5 textos	3 textos	11 textos
Eixo 4. Dia nacional de combate à homofobia	-	1 texto	3 textos	4 textos
Eixo 5. Políticas públicas	100 textos	146 textos	67 textos	311 textos
TOTAL	257 textos	231 textos	224 textos	712 textos

Fonte: Elaboração da autora (2022).

No cômputo total, as matérias sobre políticas públicas de gênero representam o maior número de achados (311 textos nos três jornais), seguidas de perto pela cobertura sobre o Dia Internacional da Mulher (263 textos) e, com um número menor, por textos sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (124 textos); no caso demais eixos temáticos, foram localizados números expressivamente menores de matérias, com 15 achados ao todo.

No que diz respeito às matérias localizadas em virtude do eixo 1, a tabela mostra o *Estado* concentrando o maior número de matérias, seguido de perto pela *Folha*. No eixo 2, temos um contraste maior entre os números de cada jornal devido à própria natureza do evento em foco: embora possua alcance nacional, o *Globo*, enquanto

veículo sediado no Rio de Janeiro, apresenta uma cobertura reduzida sobre a Parada LGBT de São Paulo. No eixo 5, os números também apresentam um contraste significativo: nesse caso, o total de matérias do *Globo* ultrapassa em quase 50% a quantidade de textos do *Estado* e corresponde a mais do que o dobro do número de achados da *Folha*.

Sob a perspectiva de sua distribuição temporal, as matérias relacionadas ao eixo temático 1 apresentam presença constante durante todo o período de 1978 a 2018, embora tenha sido possível observar um discreto crescimento na média anual de matérias sobre o Dia Internacional da Mulher a partir do início dos anos 2000. No caso do eixo temático 2, os resultados se repetem: as matérias relacionadas à Parada LGBT de São Paulo também se distribuem por todo o período considerado, a partir de 1998 (a primeira edição do evento aconteceu em 1997), com maior concentração de textos na década de 2000.

De um ponto de vista quantitativo, os achados relacionados aos eixos 3 e 4 fornecem leituras menos consistentes, já que o número de matérias localizadas nesses dois casos foi significativamente mais baixo. Algumas considerações, no entanto, podem ser traçadas. No caso do eixo 3, por exemplo, chama a atenção o fato de todas as menções ao Dia Internacional do Orgulho LGBT presentes na capa dos jornais analisados terem sido localizadas em anos nos quais os dias pesquisados para esse marco (ou seja, 28 e 29 junho) não coincidem ou coincidem apenas parcialmente com a realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e com as datas pesquisadas no caso do eixo 2.

Esse dado pode ajudar a explicar o baixo número de achados relacionados ao eixo 3. Seria plausível supor, nesse sentido, que, nos anos em que a data de realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo coincide com o Dia internacional do orgulho LGBT, os veículos jornalísticos priorizem a cobertura do primeiro, tendo em vista a elevada popularidade que o evento alcançou ao longo dos anos e seu impacto direto no cotidiano da cidade. Não obstante, convém notar que, mesmo antes da existência da Parada – ou seja, entre 1978 e 1997 – o Dia Internacional do Orgulho LGBT parece não fazer parte da agenda dos jornais pesquisados (ou pelo menos não recebia a relevância

suficiente para ser destacado em capa). Todas as menções à data que localizamos em nossos levantamentos correspondem a matérias publicadas nos anos 2000 e 2010 – justamente momento em que a Parada do Orgulho LGBT alcança maior presença na cobertura jornalística.

Já em relação ao eixo temático 5, finalmente, observa-se um número expressivo de matérias jornalísticas, distribuídas entre 1985 – ano de implantação da primeira política em escala federal de relevância significativa no período de observação, representada pela criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – e 2018. Ao mesmo tempo, nota-se, nos três jornais pesquisados, um esvaziamento significativo da presença de discussões sobre políticas públicas de gênero durante os anos 1990, especialmente na primeira metade da década. A baixa presença de matérias sobre o tema permanece até a primeira metade dos anos 2000, com um ponto de virada somente em 2006.

Em 2011, encontramos a maior concentração de achados, o que parece ser devido à vasta cobertura jornalística sobre o reconhecimento da união homoafetiva como unidade familiar pelo STF. Em 2016, observa-se um novo pico quantitativo, que reflete as repercussões sobre a aprovação da Lei do Femicídio, um ano antes. O ano de 2018, finalmente, também concentra números expressivos, com destaque para textos publicados no *Globo* e na *Folha* dando conta da preocupação, por parte de diferentes instituições e grupos sociais, quanto à garantia de direitos de mulheres e da população LGBTQIAP+ diante do avanço da extrema direita no Brasil.

Em relação ao recorte proposto neste trabalho, selecionamos, para a composição do *corpus* a ser analisado de forma mais detida, do universo de 712 matérias localizadas no mapeamento inicial, apenas os textos que pudessem ser classificados como pertencentes ao gênero jornalístico denominado “comentário”, conforme categorização proposta por Manuel Carlos Chaparro (2008). Como aponta o autor, não é possível separar a opinião da informação no jornalismo, pois todo o processo de produção de notícias, por mais que se busque obter efeitos de objetividade, é permeado por opções subjetivas. Por essa razão, Chaparro rejeita a divisão entre “jornalismo informativo” e

“jornalismo opinativo”: “Há opinião em todas as decisões e em cada momento de atribuição de valor aos factos e às coisas” (CHAPARRO, 2008, p. 115).

Assim, para o autor, os dois principais vieses de atuação da imprensa dizem respeito a “relatar” e “comentar” a atualidade, de modo que são dois os gêneros do discurso jornalístico: o “relato” e o “comentário”. Ao mesmo tempo em que representam um recorte dos argumentos em disputa no debate público midiático, os comentários jornalísticos operam, na lógica do contrato de comunicação dos jornais de referência, como espaço privilegiado de encenação do diálogo social, razão pela qual foram escolhidos como objeto de atenção deste trabalho. Chegamos, dessa forma, a um *corpus* constituído por 81 textos, entre artigos de opinião, crônicas, ensaios e críticas⁴, que passamos a examinar a seguir.

Reiteraões semânticas em comentários jornalísticos

Útil à identificação de reiteraões discursivas, mobilizamos, à construção de nossas análises, o conceito de *isotopia*, inicialmente relacionado ao domínio da semântica estrutural e posteriormente vulgarizado em análise de discurso. Como assinalam Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, a isotopia diz respeito aos procedimentos que compõem a coerência de uma sequência discursiva: “Fundada na *redundância* de um mesmo traço no desenvolvimento dos enunciados, tal coerência diz respeito principalmente à organização semântica do texto” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 292, grifos dos autores). Dentre as possibilidades conceituais compreendidas pela tipologia das isotopias, destacamos aqui as *isotopias semânticas estritas*, que se referem à recorrência de uma mesma categoria de sentido.

Conforme antecipamos na seção anterior, o recorte proposto por este artigo considera, como material empírico a partir do qual buscamos identificar marcas isotópicas, textos classificados como pertencentes ao gênero “comentário” publicados pelos veículos em foco. Mais especificamente, concentramo-nos na observação de reiteraões semânticas constitutivas dos argumentos recorrentes nesse gênero

⁴ Considerando sua especificidade enquanto expressão das posições institucionalmente sustentadas pelos jornais, excluimos de nosso horizonte, no recorte apresentado neste artigo, editoriais publicados pelos veículos em foco.

jornalístico. Dessa forma, considerando a própria natureza dissertativa do gênero “comentário”, esperamos construir um panorama, ainda que descrito de forma sucinta nas dimensões de um artigo, dos principais argumentos visibilizados pelos jornais de referência pesquisados em sua representação de debates sobre gênero no Brasil.

Assim, nas próximas páginas, destacamos, a partir do universo de 81 comentários que integram o *corpus* focalizado neste artigo, três eixos de discussões a partir dos quais podem ser compreendidas as principais reiteraões semânticas observadas, a saber: (a) debates sobre os sentidos de “feminismo” e sobre as caracterizações do “feminino”; (b) reflexões sobre o papel, do ponto de vista da reiteração ou contestação de preconceitos e exclusões, de diferentes formas de representação identitária a partir de marcadores de gênero; e (c) discussões construídas a partir da ideia de “diversidade” enquanto categoria semântica emergente nos debates visibilizados pelos jornais de referência.

a) Em torno de feminismo(s) e feminino(s)

A partir do *corpus* analisado no recorte proposto por este artigo, o primeiro dado a chamar a atenção diz respeito à presença recorrente de argumentos em comentários jornalísticos publicados nos anos 1980 e início dos 1990 a respeito do estatuto do movimento feminista e do próprio significado da ideia de “feminismo”. Em texto de 8 de março de 1992, por exemplo, Marta Suplicy escreveu para o *Estado* a respeito do que a autora definiu como “três fases” do feminismo ao longo dos trinta anos anteriores. Em referência ao primeiro momento, correlato do que se costuma denominar como primeira onda feminista, Suplicy critica a busca de igualdade em relação ao masculino:

O primeiro momento se caracterizou pela luta pela igualdade de direitos, o que, no Exterior, nos anos 60, levou a uma briga com o homem/inimigo e, no Brasil, nos anos 70, não deu mais do que alguns números do jornal O Pasquim (festejado e influente jornal carioca que teve seu sucesso na época da ditadura), *chamando as feministas de mal-amadas e sapatonas, mas que determinou a coloração pejorativa do feminismo no Brasil por muitos anos* (SUPLICY, 1992, p. 14, grifos nossos).

No mesmo período, o reconhecimento quanto à existência de sentidos negativos correntemente associados ao feminismo era recorrente nos textos analisados. É o caso de artigo intitulado *Mulheres subversivas*, escrito por Carmen Barroso para a *Folha* de 10 de fevereiro de 1986, que discute o processo de institucionalização do movimento feminista durante a transição democrática, focalizando especialmente o papel e a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDC). No início das reflexões propostas pela autora, lemos o seguinte trecho:

O que assistimos no momento é paradoxal. A crescente aceitação de ideias feministas – ainda que diluídas – por contingente cada vez mais amplo das mulheres brasileiras processa-se paralelamente à relativa desmobilização dos grupos históricos que resistiram vigorosamente quando o termo feminista era considerado pejorativo, às vezes, até pelas próprias organizações que não ousavam definir-se como tal (BARROSO, 1986, p. 3, grifos nossos).

É interessante notar que tanto o texto de Suplicy quanto o artigo de Barroso referem-se à presença de sentidos negativos associados ao feminismo no Brasil, assumindo-os como um dado superado. O que verificamos, a partir da análise das matérias jornalísticas, é que tais sentidos são mais frequentemente apontados ao longo dos anos 1980 e início dos 1990, embora seja possível encontrar referências a discursos circulantes que os cristalizam também em textos recentes. É o caso da crônica *Eu não quero parabéns*, escrita por Maria Ribeiro e publicada no *Globo* de 8 de março de 2017, na qual a existência de estereótipos negativos em torno da categoria “feminista” aparece como pressuposto da reflexão construída:

Eu não quero parabéns, muito obrigada. Também dispenso a rosa vermelha, e olha que eu amo rosa. Principalmente vermelha. Amarela também, acho lindo. Talvez até prefira, na verdade. Menos óbvio. Não, não tem a ver com feminismo, *não precisa ficar tenso*. Quer dizer, talvez tenha, sim. A ver. Com feminismo. *Mas, juro, não precisa ficar tenso. Não precisa. Mesmo. Não é nada com você. Não é nada contra você. Não é sobre você, na verdade* (RIBEIRO, 2017, p. 6, grifos nossos).

Ao lado das referências a estereótipos negativos associados ao feminismo, é possível observar o surgimento, especialmente nos anos 2010, de empenhos no sentido de deslocar tais concepções por meio da afirmação de sentidos positivos, como evidencia o desfecho da crônica citada de Ribeiro no *Globo*: “Eu quero a sua mão estendida, companheiro. Um outro tipo de flor. Feminismo não é contra você. É a favor de nós dois. Pra que a gente tenha os mesmos direitos” (RIBEIRO, 2017, p. 6).

Além das disputas em torno dos sentidos de feminismo, aparecem em textos de comentário mobilizações diversas da ideia de “feminino”. Voltando ao texto de Suplicy, a autora aponta que uma contribuição fundamental das reflexões da segunda fase do feminismo está na valorização do feminino como diferença – aspecto-chave da emergência de lutas pelo reconhecimento e políticas de identidade. Suplicy chega a referir-se à elaboração de uma visão mais complexa e cultural das categorias de gênero entre o final dos anos 1970 e início dos 1980: “algo muito importante ocorre: é quebrado o consenso ideológico do que é ser homem e mulher, abrindo-se o caminho para a transformação dos comportamentos vigentes, muitos considerados, até então, ‘inerentes’ à condição feminina” (SUPLICY, 1992, p. 14).

Apesar desse posicionamento, o texto apresenta um ponto de virada: embora enfatize os papéis sociais de gênero, a autora defende também a importância da vivência do “corpo feminino” e de “valores e comportamentos femininos”, que não podem ser descartados em virtude da concorrência com o homem. O que vemos, portanto, é um argumento recorrente também em outros textos analisados: a valorização da *diferença* com base na afirmação de caracteres identitários de algum modo *essencializados*.

Já em anos recentes, novos tensionamentos parecem surgir nos textos. É o que fica evidente, por exemplo, na crítica cinematográfica intitulada *O feminino em questão*, assinada por Luiz Carlos Merten para a edição de 8 de março de 2018 do *Estadão*. Com foco em estreias de filmes “de mulheres, para mulheres”, a crítica traz, entre distintos trechos de declarações de diretoras, a seguinte fala de Tonie Marshall, quando indagada sobre se se consideraria uma “diretora feminista”: “[...] O que me interessa é o outro. Se eu não conseguir expressar o homem, ou a diversidade, estarei me limitando. A dialética

me interessa menos como confronto do que como possibilidade de compreensão mútua” (MERTEN, 2018, p. C4).

Mais especificamente, a crítica procura destacar o caráter diverso das experiências abordadas entre diferentes filmes dirigidos por mulheres – de uma obra brasileira sobre a história de uma pajé a longas sobre mulheres em diferentes contextos urbanos, com suas vivências profissionais, sexuais, afetivas. Dessa forma, o exemplo parece materializar uma tendência verificada, entre comentários de nosso *corpus*, a partir da década de 2000, a saber: o destaque conferido, em textos argumentativos publicados nos jornais analisados, à própria “diversidade” comportada pela categoria de “feminino”.

b) Sobre o papel da linguagem, cultura e educação

Como segundo eixo de reiteraões semânticas identificado, é possível localizar, na cobertura jornalística, desde o final dos anos 1970, comentários que remetem a discussões sobre as formas e dimensões da representação cultural da mulher na sociedade. Em relação a este eixo, merecem destaque os temas mais recorrentes, bem como momentos de reposicionamento dos argumentos presentes nos textos. No final dos anos 1970 e início dos 1980, por exemplo, destacam-se questionamentos em torno de usos cotidianos da linguagem de forma discriminatória. Na época, também já se observavam discussões sobre expressões humorísticas ofensivas do ponto de vista dos grupos representados – tendência que continua se mostrando marcante em debates mais recentes sobre representações de gênero.

Um dos exemplos mais antigos entre os textos analisados diz respeito à crônica *Os machistas reagem com as piadinhas de sempre*, publicada na *Folha* de 8 de março de 1979, em que o autor, Osmar Freitas Jr., aborda a reação masculina frente aos avanços do movimento feminista, descrita por ele como uma forma de “desviar a atenção do fato para o sarcasmo”, que seria a “maior arma machista” (FREITAS JR., 1979, p. 35). Para o autor, a importância do feminismo é reduzida a piadas que expressam de diferentes formas o machismo vigente. Nesse sentido, elenca uma série de

expressões machistas, a partir de falas de personagens anônimos e famosos, que cristalizariam esse preconceito. Quase ao final do texto, afirma:

A luta continua: Millôr Fernandes diz que embate entre homem e mulher deve ser sempre na horizontal. Resume assim a maneira com que os machista encaram a tal “luta”. Mas as maneiras de ataque são variadas. Uma das melhores armas do exército chauvinista é sem dúvida a “Grande Queima de Washington”. Foi quando a “mulherada” – como dizem os machistas – sob o comando do “general” Betty Friedman, flambou seus soutiens “em frente ao Capitólio”. “Uma grande mancada”, segundo Zé Carlos, um estudante de Administração de Empresas. Ele garante que o movimento feminista caiu muito em descrédito e que deu chance para o revide: “Vê se pode, por fogo em soutien. Claro que concordo com a queima, detesto essa peça íntima, são terríveis, mas como tática de movimento é de fazer rir”.

O folclore do feminismo faz com que sua importância fique reduzida à chacota. Sem dúvida esta é maior arma machista: desviar a atenção do fato para o sarcasmo. Por isso o surgimento de um sem números de piadas e ironias, tais como a frase de Millôr: “O melhor movimento feminino ainda é o dos quadris” (FREITAS JR., 1979, p. 35).

Argumentos sobre o papel da linguagem na manutenção de preconceitos e estereótipos encontram um contraponto nas críticas ao “politicamente correto”, que ganham força no início dos anos 1990. Naquele momento, a expressão era empregada em sentido mais aberto do que o corrente hoje: em geral, “politicamente correto” era todo sujeito – ou grupo – exageradamente preocupado com as “minorias” ou grupos oprimidos, ligado a ortodoxias que lhe tirariam a capacidade de fazer avaliações perspicazes de conjuntura. Nesse sentido, o termo referia-se a uma forma abrangente de comportamento e era empregado de maneira destituidora, como apontamos em trabalhos anteriores (SCABIN, 2018). Portanto, embora não dissesse respeito exclusivamente à tentativa de transformar a linguagem como forma de combater discriminações arraigadas na cultura, a ideia de que haveria expressões consideradas “mais adequadas” e “menos adequadas” por certos grupos já estava embutida nesses primeiros usos do “politicamente correto”.

Um ensaio publicado em 8 de março de 1992 na *Folha*, assinado por Sérgio Augusto, é um exemplo desse tipo de uso da expressão. Em uma defesa apaixonada do trabalho e personalidade de Camille Paglia, o autor destaca seu caráter polemista,

referindo-se a ela como “‘a bête noire’ do feminismo, a iconoclasta mais incômoda que os politicamente corretos já pegaram pela proa”; a referência ao terreno da linguagem (o terreno em que se discute “o que se diz”) como campo privilegiado das disputas em torno de representações de gênero aparece mais adiante no texto:

As feministas lésbicas a odeiam com mais intensidade ainda [do que as outras feministas]. Menos por ela ter sido lésbica por uns tempos, e depois optado pela bissexualidade, do que por esta “boulade” politicamente incorretíssima: “Quando um homem assume a sua homossexualidade fica 20% mais inteligente: quando uma mulher vira lésbica fica 20% mais burra (AUGUSTO, 1992, p. 5).

Já a partir dos anos 2000, ganham espaço discussões envolvendo práticas de representação de gênero não mais em falas ou posicionamentos individuais, ou na linguagem cotidiana, mas sim, em veículos midiáticos. É o que acontece em artigo de Mauro Ventura intitulado *Abaixo os clichês*, publicado no *Globo* de 9 de março de 2003. Com o subtítulo “Na música, na TV e nos livros, mulheres rompem tabus e anunciam novos tempos”, o texto destaca casos de artistas e personagens da ficção que representariam imagens mais autônomas e livres, sobretudo do ponto de vista amoroso/sexual, da mulher: “Um a um, elas vão demolindo os estereótipos, e quem sabe uma hora não precisem mais de um Dia Internacional da Mulher, como o comemorado ontem. Abaixo os clichês, dizem em coro” (VENTURA, 2003, s./p.).

A representação da mulher na arte também se torna objeto de problematização, a exemplo do artigo *Ativismo nas ruas e nas artes*, assinado por Milú Villela e Nadine Gasman para a *Folha* de 8 de março de 2018: “Por muito tempo, a presença feminina nas artes visuais restringiu-se à representação de sua imagem, muitas vezes erotizada e reduzida ao fenótipo de indivíduos brancos” (VILLELA; GASMAN, 2018, p. A3). Esse texto merece uma análise particularmente detida porque sugere uma articulação, ainda que sutil, na cobertura jornalística, entre uma perspectiva de reconhecimento – no caso, a crítica à representação da mulher em obras de arte – e aspectos redistributivos da (in)justiça de gênero⁵.

⁵ O debate a propósito dos princípios de *reconhecimento* e *redistribuição* na luta por justiça social é aprofundado em Fraser (2006).

As autoras referem-se a medidas redistributivas – representadas por medidas inclusivas assumidas por instituições de arte ao redor de todo o mundo – como forma de combater a “situação de sub-representação de mulheres em coleções públicas e privadas, sua desvalorização comparativa no mercado de arte e sua sub-representação na bibliografia e em cursos sobre história artística” (VILLELA; GASMANN, 2018, p. A3). Como esse caso sugere, argumentos articulados em torno de demandas ou problemas de reconhecimento passam a coexistir, em comentários jornalísticos, sobretudo em anos recentes, com argumentos articulados em torno da constatação de problemas redistributivos – ainda que estes últimos se mostrem mais tímidos na cobertura.

Finalmente, entre o final dos anos 2000 e início dos anos 2010, pode ser observado um último momento das articulações discursivas verificadas em comentários de nosso *corpus* em torno do papel da representação e sua relação com marcadores de gênero. Em uma trajetória de complexificação dessas discussões – que partem de níveis mais simples/individuais de problematização –, vemo-las alcançando a esfera mais ampla das mídias e, finalmente, da cultura. Cabe observar que esses níveis mais complexos de discussão sobre o papel da representação relacionam-se diretamente à conformação de uma nova categoria semântica nesse período, como veremos adiante.

Assinado por Kátia Tavares e publicado no *Globo* de 1º de outubro de 2008, o artigo *Violência* exemplifica esse terceiro momento de discussões sobre o papel da representação do ponto de vista dos marcadores de gênero. A partir de um enfoque mais amplo sobre a questão, a autora defende que a Lei Maria da Penha foi bem-vinda porque resultou da necessidade de se repensar as “relações de gênero, construída [sic] sobre uma cultura secular de dominação machista, cuja perversa marca tem sido a violência doméstica” (TAVARES, 2008, p. 7).

O apontamento de aspectos culturais como causa da violência aparece em outros textos do mesmo período. Um exemplo mais recente é o artigo *Combate à cultura da violência*, assinado por Flávia Piovesan e Silvia Pimentel e publicado no *Globo* de 17 de agosto de 2017. Nele, as autoras defendem que

[...] o efetivo combate à violência contra a mulher requer o combate à “cultura da violência contra a mulher”, fomentada pela injustiça

cultural dos preconceitos, estereótipos e padrões discriminatórios, que constrói a identidade de homens e mulheres, atribuindo-lhes diferentes papéis na vida social, política, econômica, cultural e família (PIOVESAN; PIMENTEL, 2017, p. 15).

A relação entre cultura e violência/opressão/discriminação aparece também na discussão de pautas LGBTQIAP+ na virada dos anos 2000 para a década de 2010. Ao desmentir a existência do famigerado “kit gay”, supostamente distribuído nas escolas, André Lázaro escreve, em artigo para o *Globo* intitulado *Repetir enganos não cria uma verdade*, sobre a importância da educação como ferramenta da mudança cultural necessária para combater a homofobia no país: “A homofobia mata e precisa ser combatida nas escolas, nas igrejas, nas ruas, nas empresas. E também nas famílias. Há violência contra as pessoas em razão de sua orientação sexual. Para combater essa violência são necessários acolhimento e informação” (LÁZARO, 2018, p. 27).

Em relação à condição da comunidade LGBTQIAP+, encontramos também, entre os comentários de nosso *corpus*, dissensos a respeito da pertinência de se buscar medidas educativas como forma de combater a homofobia. É o que se verifica no texto *Totalitarismo e intolerância*, de Carlos Alberto Di Franco, publicado no *Globo* em 1º de junho de 2009. Embora defenda a necessidade de combate à homofobia por parte do Estado, o autor qualifica como “autoritárias” medidas como a distribuição em escolas públicas de materiais de conscientização que mostrem famílias formadas por pessoas não heterossexuais, assumindo argumentos próximos àqueles que buscam desqualificar medidas consideradas “politicamente corretas”:

Dois episódios recentes, em Brasília e São Paulo, desnudam a visão totalitária e a intolerância ideológica que dominam estratégias de longo alcance na formação das novas gerações.

Começemos por Brasília. O governo quer que sejam incluídos nos livros didáticos a temática [sic] de famílias compostas por lésbicas, gays, travestis e transexuais. Ainda na área da educação, recomenda cursos de capacitação para evitar a homofobia nas escolas e pesquisas sobre comportamento de professores e alunos em relação ao tema. Essas são algumas das medidas que integram o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) [...]

Na verdade, amigo leitor, uma onda de intolerância avança sobre a sociedade. Discriminados assumem a bandeira da discriminação. O

tema da sexualidade passou a gerar novos dogmas e novos tabus (DI FRANCO, 2009, p. 7).

Ao lado de discussões sobre o papel de ações de intervenção sobre a cultura como forma de combate à discriminação contra mulheres e pessoas LGBTQIAP+, as duas últimas décadas comportam também o posicionamento de argumentos em relação ao caráter “afirmativo” – ou seja, relacionado à valorização cultural de identidades historicamente desvalorizadas – de diferentes medidas e ações. Como exemplo dessa tendência, podemos citar um artigo de Ellen Gracie Northfleet para o *Globo* intitulado *Dever de todos*. Defendendo a importância da Lei Maria da Penha, a autora afirma:

[...] a Lei Maria da Penha teve o enorme significado de produzir um corte no modelo tradicional de prestação de justiça revalorizando o espaço de proteção da vítima mulher, deu relevo à possível preservação das relações familiares e, principalmente, recuperou a noção de igualdade e não-discriminação entre os parceiros, fator cultural importante que naturalmente problematiza a aplicação da lei penal nas questões de gênero (NORTHFLEET, 2008, p. 7).

Com base nessa leitura, a autora postula que a Lei representaria um “patamar de referência processual afirmativa”, atuando no sentido de sensibilizar atores judiciais e a opinião pública a fim de impedir a reprodução da “representação ideológico/cultural de dominação do homem sobre a mulher”. Dito de outra forma, o texto exemplifica a emergência de argumentos, nas duas últimas décadas, em defesa de medidas políticas, econômicas, legais e/ou judiciais não (apenas) por seus efeitos imediatos e específicos, mas (sobretudo) pela possibilidade que têm de favorecer mudanças culturais mais amplas.

481

c) A emergência de uma nova categoria semântica

O exame de comentários jornalísticos evidencia ainda um último – e talvez o mais relevante – deslocamento do ponto de vista dos discursos circulantes que atravessam a encenação do diálogo social presente nos comentários jornalísticos de

nosso *corpus*, a saber: a conformação, perceptível na década de 2010, de uma categoria semântica capaz de reunir demandas de diferentes grupos sob o traço compartilhado de referirem-se a pautas articuladas em torno de uma “pluralidade” de sentidos “identitários”.

É justamente a conformação desta categoria semântica que favorece a abordagem de reivindicações e condições de grupos específicos sob a ótica da *diversidade*. Esse dado difere significativamente do que verificamos ao longo dos anos 1980 e 1990, durante os quais reivindicações de diferentes grupos (como mulheres e pessoas LGBTQIAP+) eram demarcadas como campos semânticos distintos, traduzindo-se em pautas distintas, que não se comunicavam entre si.

A crítica de Luiz Carlos Merten que citamos anteriormente, publicada em 8 de março de 2018 no *Estado*, exemplifica muito bem esse deslocamento, pois relaciona pautas LGBTQIAP+ à discussão sobre a condição da mulher: ao descrever a realização de ações especiais pela Imovision a propósito do lançamento do filme *A número um*, o autor lembra que a produtora já havia feito “ações integradas à comunidade LGBT no lançamento de *Uma mulher fantástica*” (MERTEN, 2018, p. C4). O que o artigo faz é evidenciar, como pressuposto, a existência de um campo de sentido articulado em torno de “diversidade”, o que possibilita colocar, lado a lado, demandas de mulheres e da comunidade LGBTQIAP+.

Essa concepção aparece em outros textos de opinião, publicados principalmente nos anos 2010, a exemplo do já citado artigo de Milú Villela e Nadine Gasman para a *Folha*, o qual se refere à “identidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual” (VILLELA; GASMAN, 2018, p. A3) como noção essencial ao equilíbrio das sociedades contemporâneas. Esse tipo de associação representa mais uma diferença fundamental em relação à dissociação verificada entre demandas feministas e LGBTQIAP+ entre os anos 1970 e 1980, ainda que a articulação de diferenças gênero a marcadores de raça e classe pareça ocupar espaço menos decisivo nos comentários que constituem o *corpus* analisado.

A pressuposição de um campo semântico que abriga demandas de diferentes grupos aparece em diversos comentários localizados nos anos 2010. Em artigo sobre

liberdades individuais intitulado *É inexorável*, publicado pela *Folha* em 3 de julho de 2015, Marta Suplicy coloca lado a lado a ampliação do espaço ocupado por mulheres nas universidades e a conquista representada pela constitucionalidade da união homoafetiva, entre outros avanços. Já em 8 de novembro de 2018, no artigo *Ninguém volta para o armário*, Mariliz Pereira Jorge escreve para a *Folha* sobre conquistas de “movimentos identitários” (sic), considerados em sentido amplo. A autora questiona ainda o que considera como uma tentativa por parte da esquerda de “sequestrar” esses movimentos, argumento que pressupõe a defesa de uma pretensa “dissolução” ou “superação” das fronteiras entre campos ideológicos e/ou partidários.

É também no mesmo contexto que termos e conceitos ligados a debates sobre políticas de identidade ganham espaço mais significativo nos jornais, como evidencia o artigo de Ana Paula Lisboa *Todo mundo precisa falar sobre isso*, publicado em 9 de maio de 2018 no *Globo*:

É um tanto confuso quando a gente discute *representação*, *representatividade* ou *lugar de fala* e isso se confunde com “só quem sofre pode falar sobre isso”. Claro, em certos debates e lugares de decisão “a pessoa que sofre com isso” precisa, sim, ter fala e sua “legitimidade” sobre o tema. [...]

Ao mesmo tempo, é importante que todas as pessoas minimamente estejam dispostas a falar sobre racismo, feminicídio, machismo, homofobia, e não só os oprimidos (LISBOA, 2018, p. 8, grifos nossos).

Como nos outros exemplos, o texto coloca lado a lado formas de violência – física ou simbólica – contra grupos distintos, reunidos sob uma mesma chave de “diversidade”, conforme a referência aos termos “representação”, “representatividade” e “lugar de fala” parece assinalar. Mais à frente, o artigo refere-se à necessidade de se observar a dimensão sociocultural do conceito de “gênero”: “[...] enquanto ‘raça’ é há tempos um espaço a ser assinalado, ‘gênero’ ainda continua sem sua devida caixinha, usamos ‘sexo’ como a palavra que define quem somos, a partir do seu órgão sexual” (LISBOA, 2018, p. 8).

O texto destaca ainda outros aspectos relevantes às discussões que se processam no contexto de conformação de uma categoria semântica articulada em torno das ideias

de *diversidade* e, também, de *identidade*, tais como o cruzamento entre diferentes formas de opressão a partir da marcação de múltiplos caracteres identitários e o destaque conferido ao reconhecimento da diferença dentro de lugares identitários. Ao falar sobre um convite que recebera para mediar uma roda de conversa sobre violência contra a mulher no Rio de Janeiro, a autora relata: “O ponto mais importante daquela tarde foi Kátia, uma mulher trans e negra, reivindicando a contagem da sua violência, a contagem dos seus corpos. Porque se não existem dados, não existe visibilidade e, sem visibilidade, não há política” (LISBOA, 2018, p. 8). Trata-se de um dos raros casos, em todo o *corpus* examinado, em que se observa a constatação enfática quanto à intersecção entre opressões de gênero e raça.

A diversidade de identidades de gênero também é destacada por Jairo Marques no artigo *Cultivando homofóbicos*, publicado na *Folha* de 17 de maio de 2017, no qual o autor chama a atenção para a multiplicação dos lugares de pertencimento e à demarcação da diferença entre eles:

Mesmo com algum avanço geracional e com o fortalecimento de em alguns setores sociais, que possibilitam a demonstração de diversos modos de expressar o gênero, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis continuam sendo empurrados para grupos identitários como forma de maior proteção e aceitação (MARQUES, 2017, p. B2).

484

É importante notar ainda que é justamente nos anos 2010 que discussões sobre transgeneridade e transexualidade ganham algum espaço na cobertura dos jornais. Um exemplo que merece destaque é o texto publicado na coluna de Laura Carvalho, em 5 de novembro de 2015, como parte da campanha #AgoraÉQueSãoElas, que propunha que colunistas cedessem seus espaços em veículos de comunicação a vozes femininas.

Aderindo à campanha, Carvalho afirma que optou por ceder seu espaço a mulheres que seriam menos ouvidas do que ela própria, tendo convidado assim a travesti, feminista e ativista Symmy Larrat a ocupar seu espaço semanal no jornal. A escritora convidada escreve sobre a condição de opressão e visibilidade vivenciada por mulheres lésbicas e, principalmente, mulheres trans. Não obstante a relevância da discussão levantada na coluna, o texto representa uma exceção à regra: um caso

destoante em relação a uma cobertura que, embora encampe crescentemente tópicos correntes em debates sobre desigualdades e opressões de gênero, ainda o faz com base em uma perspectiva de cisgeneridade, identidades essencializadas, lógicas binárias, constituindo o reconhecimento de uma gama não mais que limitada de lugares de diferença e evidenciando significativo apagamento das dimensões interseccionais da dominação.

Se em alguns comentários jornalísticos recentes verifica-se tendência um pouco maior a rupturas em relação a tais lógicas de representação, sobretudo nos anos 2010, notícias e reportagens parecem continuar encampando discursos circulantes que, não obstante confirmam certa visibilidade a tópicos correntes em discussões – acadêmicas, políticas, midiáticas – de gênero, não comportam maiores diversidades e complexidades tanto temáticas quanto analíticas.

Considerações finais

As reiteraões semânticas que procuramos discutir ao longo deste trabalho sinalizam a existência de regularidades e deslocamentos na representação do diálogo social construída por jornais de referência brasileiros entre 1978 e 2018 e oferecem pistas à identificação de pontos de contato com discursos em circulação que integram os debates – políticos e acadêmicos – sobre gênero no Brasil. É possível identificar, nesse sentido, três “fases” bem demarcadas, que caracterizam as transformações nos principais argumentos visibilizados em comentários jornalísticos publicados em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

No primeiro momento, situado entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1990, destacam-se textos que abordam discussões sobre gênero com foco exclusivamente na situação da mulher, sendo atravessados por forte sentido de *institucionalização* – que pode ser atribuído tanto às referências a ações de movimentos e órgãos vinculados ao poder público quanto à cobertura de discussões de ações e demandas encaminhadas à esfera da política institucional.

Na segunda fase identificada, correspondente ao período entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, verifica-se um arrefecimento do tom político-militante

do período anterior. Há uma desinstitucionalização e uma dispersão na abordagem conferida às pautas, demandas e reivindicações de gênero. Ao mesmo tempo, as temáticas tratadas ampliam-se, passando a abarcar também questões relacionadas à realidade e vivências de pessoas LGBTQIAP+. Ganham força representações calcadas no papel de espaços privados e ações individuais – mais do que no papel do campo político ou de ações sociais coletivas – na promoção de ações voltadas ao combate ao preconceito e desigualdade de gênero.

Finalmente, no terceiro momento observado, que vai de meados dos anos 2000 à década de 2010, encontramos uma intensificação da “privatização”, verificada já na fase anterior, dos enfoques conferidos a temáticas de gênero, com a ampliação do espaço concedido a argumentos neoliberais. Ao mesmo tempo, ganha força a defesa da valorização da diversidade e do reconhecimento da diferença. “Diversidade” emerge como categoria semântica nos comentários jornalísticos, agrupando discussões relacionadas tanto à condição feminina e aos feminismos quanto a demandas encampadas pela comunidade e movimentos LGBTQIAP+.

Ao longo das três fases destacadas, é possível observar, por um lado, a ampliação do espaço concedido a discussões sobre gênero em comentários jornalísticos; por outro lado, algumas limitações e apagamentos fundamentais devem ser problematizados nos textos veiculados pelos jornais estudados. Em relação a este último aspecto, merece destaque a interdição, por uma discursividade neoliberal, de enquadramentos políticos e perspectivas de ação coletiva sobre exclusões e desigualdades de gênero. Além disso, é preciso problematizar a persistência de concepções essencializadas e universalizantes sobre gênero, o que limita o espaço concedido a discussões sobre transgeneridade nos jornais. Ao longo de todo período observado, verifica-se uma alternância entre a invisibilidade trans e representações de corpos não cisgênero sob a chave do exotismo.

Da mesma forma, questões que ganham força com os feminismos do século XXI – como aquelas em torno das multidões *queer* e da desidentificação, além das perspectivas decolonial e interseccional, por exemplo – mostram-se muito tímidas ou completamente ausentes dos comentários jornalísticos analisados – seja como objeto

temático ou como perspectiva de articulação dos textos. De fato, a midiaticização de temáticas de gênero não aparece, no universo de investigação considerado na presente pesquisa, acompanhada pela incorporação de “perspectivas de gênero” – ou perspectivas construídas desde um lugar epistemológico do gênero. Temos aí uma contradição não superada (insuperável?): se, por um lado, o caráter difuso e pouco complexo das abordagens deve ser problematizado, por outro lado, é justamente esse dado que parece tornar possível a ampliação da presença de discussões sobre gênero, ainda que com muitas limitações, no jornalismo de referência.

Longe de encampar plenamente, nas representações do espaço público que constroem, a complexidade política e epistemológica implicada na consolidação dos estudos de gênero, os jornais traduzem e medeiam tópicos correntes em discursos circulantes no debate público midiaticizado, com a opacidade que lhes é própria, em sua cobertura. É justamente essa opacidade que, simultânea e dialeticamente, assegura e limita as visibilidades que lhe são possíveis.

Referências

- AUGUSTO, Sérgio. Fogo de Paglia. **Folha de S. Paulo**, 08 Mar. 1992. p. 5.
- CARVALHO, Laura. Agora É Que São Elas. **Folha de S. Paulo**, 05 Nov. 2015. p. A24.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. São Paulo: Summus, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- BARROSO, Carmen. Mulheres subversivas. **Folha de S. Paulo**, 10 fev. 1986. p. 3.
- COSTA, Paula Cesarino. “Gênero é uma lente sobre o mundo”, diz editora em função pioneira. **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/11/1936211-genero-e-uma-lente-sobre-o-mundo-diz-editora-em-funcao-pioneira.shtml>. Acesso em: 30 Abr. 2023.

- DI FRANCO, Carlos Alberto. Totalitarismo e intolerância. **O Globo**, 01 jun. 2009. p. 7.
- FREITAS JR, Osmar. Os machistas reagem com as piadinhas de sempre. **Folha de S. Paulo**, 08 Mar. 1979. p. 35.
- JORGE, Mariliz Pereira. Ninguém volta para o armário. **Folha de S. Paulo**, 08 Nov. 2018. p. A2.
- LÁZARO, André. Repetir enganos não cria uma verdade. **O Globo**, 01 Nov. 2018. p. 27.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LISBOA, Ana Paula. Todo mundo precisa falar sobre isso. **O Globo**, 09 Mai. 2018. p. 8.
- MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy; FERREIRA, Thiago. “Recontextualizações do – ismo: disputas em torno do jornalismo ‘em crise’”. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, Porto Alegre, p. 1-20, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/26991/15698>. Acesso em: 04 Mai. 2023.
- MARQUES, Jairo. Cultivando homofóbicos. **Folha de S. Paulo**, 17 Mai. 2017. p. B2.
- MATOS, Marlise. “Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências”. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333-358, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003. Acesso em: 30 Abr. 2023.
- MERTEN, Luiz Carlos. O feminino em questão. **O Estado de S. Paulo**, 08 Mar. 2018. p. C4.
- NORTHFLEET, Ellen Gracie. Dever de todos. **O Globo**, 08 Mar. 2008. p. 7.
- PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. Combate à cultura da violência. **O Globo**, 17 Ago. 2017. p. 15.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- PRUDENCIO, Natália Engler. Empoderamento e biopolítica nos feminismos midiáticos de *Mulher-Maravilha e Capitã Marvel*. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3957>. Acesso em: 04 Mai. 2023.
- RIBEIRO, Maria. Eu não quero parabéns. **O Globo**, 08 Mar. 2017. p. 6.
- SCABIN, Nara Lya Cabral. **Politicamente correto, uma categoria em disputa**. Curitiba: Appris, 2018.

SUPLICY, Marta. Reflexões da fase pós-feminista. **O Estado de S. Paulo**, 08 Mar. 1992. p. 14.

SUPLICY, Marta. É inexorável. **Folha de S. Paulo**, 03 Jul. 2015. p. A2.

TAVARES, Kátia. Violência. **O Globo**, 01 Out. 2008. p. 7.

VENTURA, Mauro. Abaixo os clichês!. **O Globo**, 09 Mar. 2003.

VILLELA, Milú; GASMAN, Nadine. Ativismo nas ruas e nas artes. **Folha de S. Paulo**, 08 Mar. 2018. p. A3.

ZAMIN, Angela. “Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão”. **Revista Famecos**, v. 2, n. 3, Porto Alegre, p. 918-942, set./dez.2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017008.pdf>. Acesso em: 04 Mai. 2023.